

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

As deficiências e as sombras que aqui e além maculam este volume da *História de Portugal* do P.^e Luiz Gonzaga de Azevedo, não conseguem, no entanto, diminuir-lhe o mérito que, embora desigual, é muito considerável, sobretudo quando o A. se apoia em fontes inéditas que não tinham sido ainda aproveitadas pelos historiadores.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

L. CABRAL DE MONCADA — *Um « Iluminista » português do século xviii: Lui\ António Verney. Com um «Apêndice» de novas cartas e documentos inéditos.* Coimbra, Arménio Amado, Editor, 1941. 216 págs.

Do ambiente fecundo dos Centenários ficou mais esta valiosíssima contribuição para a História portuguesa — para a compreensão da História portuguesa.

Sob o ponto de vista estritamente histórico, o melhor serviço que o A. prestou, com esta obra, à Cultura, foi certamente a publicação, em extenso Apêndice, de alguns inéditos de Verney. Da pág. 149 à 201 vêm as oito cartas do «iluminista» à misteriosa personagem que o A. julga, com sólidos motivos, não ser outro senão Francisco de Almada e Mendonça. As últimas 15 págs. do vol. são ocupadas pelos dois apêndices que acompanhavam, segundo o parecer do Sr. Doutor Moncada, as cartas de 17 de Julho de 1765 e 14 de Maio de 1766.

Antes destes textos inéditos inclui também o A., no Apêndice do seu volume, todas as cartas de Verney até hoje publicadas — ou sejam: 11 cartas aos P.^{es} da Congregação do Oratório de Goa, e a carta ao P.^e Foyos. Assim, fica constituída a colecção completa das cartas do grande crítico.

Ao trazer a público todos estes textos verneyanos, não se limitou o A. a escrever um comentário; foi mais longe. E hoje devem os estudiosos agradecer-lhe uma obra que, em 130 páginas, renova, em Portugal, o costumado processo de escrever a História.

Apoiando-se bem nos documentos que publica, e pintando com mão de mestre o quadro da época, o A. faz ressaltar a nossos olhos, com rara pujança, a figura de Luiz Verney. Têmo-lo diante de nós, com todo o seu Iluminismo, trazendo na consciência e sob a pena a «consciência histórica», o «espírito objectivo» do século xviii.

O estilo muito vivo, cheio de efeitos inesperados, que todos conhecemos no A., conspira com o directo conhecimento que possui das coisas do século xviii e com o cuidado que põe na análise ideológica dos textos — para nos dar um Verney que diríamos não só inteligível, mas sensível.

Constantemente integrados (e não apenas juxtapostos, como tantas vezes se faz) no ambiente que em vida os rodeou, é que os homens do passado podem pisar o palco da História sem máscaras deformadoras. O A. defende conscientemente esta tese e leva-a, mesmo, a conseqüências que nem sempre parecerão inteiramente de aceitar.

Mais ou menos por todo o volume, e especialmente nas luminosas páginas da *Conclusão*, condena-se justiceiramente «o vício do pensamento anti-histórico», mas, quanto a nós, parece cair-se no excesso contrário. Na pág. 127, por exemplo:

«Quando falamos em influência exercida por Verney sobre a vida portuguesa, como possível inspirador de muitas medidas reformadoras do reinado, é preciso notar que não queremos de modo algum falar duma influência psicológica que fôsse *causa* determinante dessas medidas e de certos factos, sem a qual êstes não se produziriam. Temos para nós que esta noção de *causa* não é a que mais interessa à explicação dos factos históricos no domínio da cultura e que com tal noção é necessário proceder com a maior prudência(...) E pois, por isso perfeitamente lícito pensar que mesmo sem Verney o nosso século xviii seria o que de facto foi».

Mais adiante, insiste o A.:

«Consiste essa outra maneira [de contribuir para a formação do espírito duma época] em se ser — falando dum homem — o portador, mais ou menos consciente, do mais elevado «sentido espiritual» que essa época pode encerrar no seu mundo de fins e valores; em se ser, por assim dizer, a «consciência histórica» do momento que passa», (pág. 128).

E, ainda:

«(...) Verney foi, não a causa ou o ponto de partida, mas o definidor mais autorizado dum determinado espírito objectivo do século, do qual toda essa legislação, não só do governo pombalino como, em parte, do reinado de D. Maria, era afinal, por contágio europeu, uma espécie de *precipitado* jurídico e político».

Estão aqui formulados dois problemas: um, de carácter particular, refere-se à influência de Verney na sua época; o outro, de carácter geral, põe em jogo a própria concepção da História. No entanto, é difícil isolar do segundo o primeiro destes problemas, pois o A. não nega — digamos assim — o que há de *fenoménico* na projecção verneyana; o que discute é o que nela possa haver de *noménico*. Ora, problema é este cuja solução depende da posição tomada em frente dêsse outro problema geral de qual seja a natureza da História; quer dizer: das relações que efectivamente existam entre a História e os homens.

Ora é neste problema fundamental da Cultura que nos parece difícil de aceitar a solução que lhe dá o Sr. Doutor Cabral de Moneada. Os homens não seriam os construtores da História; seriam, em última análise, construídos por ela.

Nos tempos modernos, pode dizer-se que de Hegel provém esta concepção, que em Marx se fixou no Materialismo-histórico ■ e com Spengler propõe a noção de «almas das culturas»⁽⁴⁸⁾.

Mas, se dos bastidores da História retiramos os homens, em boa verdade não sabemos que fica para causa do seu desenrolar. Se os homens são, quando muito, e nos casos privilegiados, a consciencialização das épocas históricas, fica o jogo das forças naturais, fica a mão de Deus providenciando e—mais ainda — impondo, fica não sabemos que mundo mitológico de forças, — e assim os homens, engastados na Natureza, vão sendo empurrados para caminhos que nunca escolheram.

Se Verney, no caso pertinente, jamais pode tomar-se como causa de reformas que inspirou; se o século xviii, em Portugal, sem êle seria igual ao que foi; se Verney foi, dos portugueses coêvos, «o ponto mais elevado da articulação de Portugal com a

⁽⁴⁸⁾ Cf. J. Hessen, *Wertphilosophie*; trad. port. (*Filosofia dos Valores*) por L. Cabral de Moneada; Coimbra, Arménio Amado; págs. 248-251.

Europa culta», «o mais ilustre e eloquente advogado da ideia duma total renovação da vida portuguesa em harmonia com os ideais então reinantes», o mesmo raciocínio se poderia fazer para cada um dos outros portugueses que apoiavam ou não Pombal — e teríamos que as reformas pombalinas, ou existem *a se*, ou tiveram por causa única a vontade de Deus, as forças naturais, ou um mito.

Uma vez provado, como o A. lucidamente prova, que «muitas das medidas e reformas que êle preconiza realizam-se de facto e trazem bem marcado, no espírito e no pormenor, o cunho ideológico da mentalidade de Verney» (pág. 128) — cremos que está desde logo perfeitamente provado ter sido Luiz Verney uma das causas das reformas josefinas.

E evidente que êste é um problema cujo estudo — para uma rigorosa solução e até para uma formulação perfeita — exige de quem se propuser tratá-lo, além do mais, tempo e espaço — o que forçosamente condena êste comentário a não passar dum leve apontamento, cujo significado queremos que seja o de homenagem a uma obra que alarga extraordinariamente os horizontes da cultura historiográfica portuguesa.

Integrado, portanto, ão seu tempo, com magistral cuidado, embora, ao que acabamos de dizer, com demasiada força, assim nos aparece Luiz António Verney, através da sua correspondência e dos seus dois projectos de Fomento: Espírito dominado pela paixão de «uma *Cultura-mito*» (pág. 27) na qual as idéias políticas, as concepções eclesiásticas e o pensamento económico-social se confundiam num todo de tipo racionalista — não o desampara totalmente, apesar-disso, o sentido pragmático, e mesmo oportunista, das atitudes a tomar.

Nos quatro capítulos da sua obra, o A. vai analisando e expondo com admirável nitidez: a consciência cultural de Verney, as suas ideias políticas, a atitude que toma na questão religiosa do século, e finalmente as ideias económicas e sociais do filósofo. Mas nada disto nos aparece isolado; antes, o A. dá-nos, nêsses aspectos fundamentais, uma admirável visão de conjunto em que todos os problemas e todas as soluções propostas por Verney ressaltam da sua forte personalidade de filósofo e homem prático.

Há neste livro páginas profundas de síntese, como as que se referem ao Iluminismo em geral e, especialmente, ao italiano, ao qual pertence Yerney (págs. 9-12), e as páginas 124-126, em que o «iluminista» nos aparece, em breves traços, com toda a sua riqueza própria.

Antes de concluir estas singelas notas, seja-nos lícito focar alguns pontos que nos parecem susceptíveis de dúvida.

Assim, a distinção verneyana, que o A. mantém, entre o Absolutismo e o Despotismo-inteligente, nem sempre se mostra legítima e compreensível ⁽⁴⁹⁾.

Um pouco na mesma ordem de ideias, poderia esperar-se uma reacção do A. naquele momento em que Vernev contrapõe a sua teoria de o Poder Real para benefício dos Povos à teoria antiga defendida em terras da Península. Porque, afinal, essa *teoria antiga* já antes de Verney defendia o mesmo grande princípio de Axiologia política.

Por outro lado, será de manter a acusação de incoerência que Verney assacava aos Reis de Portugal na sua política judaica? Partindo-se do princípio, que parece estabelecido, de que a política internamente adoptada para com os judeus se dirigia a preservar a unidade religiosa da Nação, não se vê incoerência na protecção que os Reis dispensavam e na importância que davam aos judeus exilados.

Na longa e substanciosa nota das págs. 86 e 87, cremos que seria mais rigoroso atribuir carácter de interpretação às consequências que os jansenistas tiraram dos «têrmos da teologia agustiniana».

Finalmente, fazemos votos por que, um dia, o Sr. Doutor Cabral de Moneada nos dê um estudo crítico do «Iluminismo» português, para o conhecimento do qual em tão larga medida contribuiu.

HENRIQUE BARRILARO RUAS

⁽⁴⁹⁾ Cf. sobretudo as págs. 47-49.